



Processo nº 16592.721724/2018-45
Recurso Voluntário
Acórdão nº 1001-002.433 – 1^a Seção de Julgamento / 1^a Turma Extraordinária
Sessão de 13 de maio de 2021
Recorrente SERRALHERIA ARTÍSTICA ADRIÃO LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

Ano-calendário: 2018

SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO COM EXIGIBILIDADE NÃO SUSPENSA.

Cabe ao contribuinte o ônus de demonstrar, no prazo legal estabelecido, a extinção ou suspensão da exigibilidade do débito tributário a fim de tornar sem efeito o Ato Declaratório Executivo que culminou na sua exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Sérgio Abelson - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Thiago Dayan da Luz Barros - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: José Roberto Adelino da Silva, Sérgio Abelson e Thiago Dayan da Luz Barros

Relatório

Em atenção aos princípios da economia e celeridade processual, transcrevo o relatório produzido no Acórdão n.º 07-46.696 da 6.^a Turma da DRJ/FNS, de 18 de maio de 2020 (fls. 56 a 59):

Trata o presente processo de manifestação de inconformidade contra o Ato Declaratório Executivo DERAT/SPO nº 3700402, de 31/08/2018 (fls. 14/15), por meio do qual a empresa foi excluída do Simples Nacional – com efeitos a partir de 01/01/2019 – em virtude de possuir os seguintes débitos com a Fazenda Pública Federal com exigibilidade não suspensa:

[...]

SP SAO PAULO DERAT Anexo Único ao Ato Declaratório Executivo DERAT/SPO nº 3700402, de 31 de agosto de 2018. Fl. 15

Observações Iniciais

1. Para obter informações sobre como pagar à vista, parcelar ou compensar os débitos abaixo relacionados, clique sobre o link a seguir: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/cobranças-e-intimacões/orientações-para-regularizar-acas-de-pendências-simples-nacional>>.
 2. Todos os valores dos débitos abaixo relacionados estão expressos em reais.

DÉBITOS INSCRITOS NA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Débitos Previdenciários

* Os débitos previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) na PGFN estão relacionados com o valor do saldo consolidado, isto é, com os acréscimos legais.

[...]

Inconformado, o contribuinte apresentou manifestação de inconformidade alegando (fls. 2 e 3):

[...]

5. **União:** **Apresentadas** (continuar em folhas anexas, caso necessário)

Os débitos constantes no DEBCAD n.º 55.610.984-8, encontra-se prescritos, sendo a defesa quanto a cobrança foi protocolado na Justiça Federal, conforme processo judicial n.º 001.3786-14.2016.4.03.6182.

[...]

É o relatório.

A Delegacia de Julgamento julgou improcedente o pedido da empresa recorrente contido em sua manifestação de inconformidade. O contribuinte acima identificado foi excluído do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, por possuir débitos com a Fazenda Pública Federal, com exigibilidade não suspensa.

Dessa forma, a 6.^a Turma da DRJ/FNS decidiu pela improcedência da manifestação de inconformidade, mantendo a decisão de Unidade de Origem.

Face ao referido Acórdão, a contribuinte interpôs Recurso Voluntário (fls. 62 a 69), requerendo que seja revista a exclusão da empresa do regime tributário do Simples Nacional levada a efeito pela autoridade fiscal.

Por fim, a empresa recorrente pleiteia a reforma da decisão prolatada pela 6.^a Turma da DRJ/FNS, requerendo o acolhimento do Recurso Voluntário interposto.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Thiago Dayan da Luz Barros, Relator.

Admissibilidade

Inicialmente, reconheço a plena competência deste Colegiado para apreciação do Recurso Voluntário, na forma do art. 2.^º e do art. 23-B do Anexo II da Portaria MF n.º 343/2015 (Regimento Interno do CARF), atualizada pela Portaria MF n.º 329/2017, considerando-se tratar de exclusão do regime de tributação pelo Simples Nacional desvinculados de exigência de crédito tributário.

Ainda, observo que o recurso é tempestivo, protocolado em 16 de junho de 2020, (fl. 61) face ao Despacho de Encaminhamento (fl. 71) certificando a notória tempestividade do Recurso Voluntário, tanto pelo § 4.^º do artigo 218 do Código de Processo Civil, quanto pelo artigo 6.^º da Portaria RFB n.º 543 de 2020, prorrogado pela Portaria RFB n.º 1.087 de 2020.

Mérito

Prefacialmente, importa consignar que este processo, de n.º 16592.721724/2018-45, consiste em deliberar se está ou não correta a exclusão da empresa do Simples Nacional pelos argumentos e provas apresentados. Como bem abordado quando avaliada a admissibilidade do recurso, reitera-se que estes autos não discute a exigência de crédito tributário.

Quanto ao mérito da presente demanda, necessário esclarecer que a contribuinte foi excluída do Simples Nacional pelo Ato Declaratório Executivo DERAT/SPO n.º 3700402, de 31 de agosto de 2018 (fl. 51), face o inciso V do art. 17, inciso I do art. 29, inciso II do caput e § 2º do art. 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no inciso XV do art. 15 e alínea “d” do inciso II do art. 81 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018:

Lei Complementar n.º 123 de 2006

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

[...]

V - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

Art. 29. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

I - verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória;

Art. 30. A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte, dar-se-á:

[...]

II - obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei Complementar; ou

[...]

§ 2º A comunicação de que trata o caput deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida pelo Comitê Gestor.

Resolução CGSN nº 140 de 2018

Art. 15. Não poderá recolher os tributos pelo Simples Nacional a pessoa jurídica ou entidade equiparada:

[...]

XV - em débito perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

[...]

Art. 81. A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação da ME ou da EPP à RFB, em aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, dar-se-á:

[...]

II - obrigatoriamente, quando:

[...]

d) possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, hipótese em que a exclusão:

1. deverá ser comunicada até o último dia útil do mês subsequente ao da situação de vedação; e
2. produzirá efeitos a partir do ano-calendário subsequente ao da comunicação; ou

Junto ao Ato Declaratório Executivo DERAT/SPO n.º 3700402, foi disponibilizado à contribuinte seu Anexo Único, contendo os débitos que ensejaram sua edição:

DÉBITOS INSCRITOS NA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Débitos Previdenciários

Número Debcad	Valor Consolidado*								
556109848	387.091,67	-	-	-	-	-	-	-	-

* Os débitos previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) na PGFN estão relacionados com o valor do saldo consolidado, isto é, com os acréscimos legais.

Importa consignar que consta no mencionado ADE que a contribuinte possuía o prazo de 30 (trinta) dias contados de sua ciência para efetuar a regularização dos débitos ou apresentar impugnação e, caso não haja a regularização dos débitos ou apresentação de impugnação, a exclusão do Simples Nacional seria definitiva.

Não obstante as provas apresentadas pelas Autoridades Tributárias, o contribuinte não apresenta documentos pertinentes capazes de refutar os débitos listados, dando ensejo a sua exclusão.

A contribuinte argumenta que os débitos que motivaram sua exclusão do Simples Nacional - DEBCAD n.º 55.610.984-8 - estariam prescritos, razão pela qual estaria em trâmite pela Justiça Federal o processo judicial nº 0013786-14.2016.4.03.6182, que trata da execução fiscal, tendo como exequente a Fazenda Nacional.

Acerca do referido processo, a contribuinte se limita a mencionar que “*todos os débitos constantes na execução fiscal, encontram-se prescritos, pelas razões abaixo apresentadas, que entendemos serem melhores compreendidas cronologicamente*”, não apresentando provas acerca do mencionado.

Assim, pelos argumentos e provas anexados pela Autoridade Tributária, tem-se que os débitos com a Fazenda Pública Federal que ensejaram a edição do Ato Declaratório Executivo DERAT/SPO n.º 3700402, estão com a exigibilidade não suspensa.

Tem-se, portanto, que subsistiram débitos inadimplidos que ensejaram a edição do ADE, haja vista não ter a contribuinte apresentado documentos pertinentes a corroborar com o que alega.

Nesse sentido, importa mencionar que, por força do artigo 16 do Decreto n.º 70.235 de 1972, é determinado que a impugnação/manifestação de inconformidade deve ser instruída com a prova documental do direito alegado, que assevera (grifos nossos):

Art. 16. A impugnação mencionará:

[...]

III – os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir:

[...]

§ 4.º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:

- a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportunamente, por motivo de força maior;
- b) refira-se a fato ou a direito superveniente;
- c) destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

Corroborando com o exposto, os artigos 319, inciso VI, bem como 373, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, diploma aplicado de forma suplementar ao processo administrativo, disciplinam ser do autor (no presente caso o sujeito passivo da obrigação tributária) o ônus de comprovar seu direito alegado:

Art. 319. A petição inicial indicará:

[...]

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

[...]

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

Não menos importante é o que estabelece a Lei n.º 9.784 de 1999, que diz ser incumbência da parte interessada fornecer os elementos materiais que comprovem o direito que pretende ver reconhecido:

Art 4º São deveres do administrado:

[...]

IV – prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos;

[...]

Art 40 Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação do pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

Sendo ônus da contribuinte comprovar seu direito e considerando que a mesma dispõe de melhores condições para o esclarecimento dos fatos com provas hábeis por ela produzidas, o deferimento de seu pedido, dependeria, portanto, da conexão lógica entre as explicações e referenciações da empresa contribuinte com os documentos por ela apresentados, o que não aconteceu.

Assim, apesar de devidamente cientificado do Ato Declaratório Executivo, a contribuinte deixou de comprovar o adimplemento tempestivo de seus débitos, dando ensejo à sua exclusão do Simples Nacional.

Nesses termos, subsistindo débitos da empresa contribuinte, com exigibilidade não suspensa, a exclusão da empresa do Regime Tributário do Simples Nacional é medida que se impõe.

Dispositivo

Dessa forma, não restando comprovado a suspensão da exigibilidade do débito tributário no prazo legal estabelecido, ou o seu adimplemento, torna-se inviável o reconhecimento da pretensão pleiteada nos autos, não havendo motivos para a reforma do Acórdão prolatado pela Delegacia de Julgamento, pelos motivos anteriormente expostos.

Posto isso, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Voluntário interposto.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Thiago Dayan da Luz Barros

